

as prisões do fascismo que abril abriu

Angra do Heroísmo, 25 de abril de 2022

Senhoras e senhores,

Caros amigos e colegas,

Muito boa tarde e bem hajam por estarem aqui, nesta tarde, de primavera, para celebrar um alvorecer de abril do, não muito distante, ano de 1974, sobre o qual Sofia de Melo Breyner disse, como só ela sabia dizer:

“Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo”

Só os poetas têm a arte e o saber para sintetizar a dimensão do incomensurável, seja o amor ou a espiritualidade, seja, como é o caso, o dia em que o Povo português, rompeu com um obscuro e violento passado e abriu as portas à liberdade e à democracia.

Quero, de igual modo, agradecer ao SPRA e à União de Sindicatos de Angra do Heroísmo o convite para me associar a esta celebração, mas a minha gratidão é, também, pela iniciativa que anualmente promovem e que evoca a data mais importante do século XX português: o 25 de abril de 1974.

Este reconhecimento ao SPRA e à União de Sindicatos de Angra não se fica apenas por este evento evocativo que anualmente têm vindo a realizar, permitam-me que estenda esta gratidão à sua atividade quotidiana. Agradeço por todos os outros dias, dias de luta e de exercício de direitos construídos pelos caminhos que as portas de Abril abriram.

A atividade político-sindical cuida da democracia e da liberdade como um jardineiro cuida diariamente do seu jardim para o manter florido e viçoso, expurgando as ervas daninhas, regando e adubando, assim é a atividade sindical no exercício da liberdade e da democracia. Cuidar no presente para garantir que a chama da liberdade e da democracia perduram e seja possível olhar

para o futuro com esperança de que, o porvir, pode ser diferente deste presente cancelado para milhares de cidadãos, diria mesmo milhões, que empobrecem a trabalhar.

Caros amigos e colegas,

As evocações do 25 de abril devem servir para projetar o futuro, mas não é possível, ou pelo menos aconselhável, fazê-lo, sem um olhar para o passado.

Situações experienciadas por nós, como, por exemplo a crise de 2008 a 2013, e outras que dominam a atualidade sejam os conflitos bélicos que se perpetuam, ou outros que se iniciam, seja o crescimento de ideologias extremistas que julgámos residuais, estas situações, como dizia, não são novas e bastará um olhar, ainda que superficial, para a história para encontrar exemplos do que atrás ficou dito.

Referi a crise do *subprime*¹, foi assim que ficou conhecida a crise que nos afetou, particularmente a partir de 2008, mas em boa verdade ela teve o seu início, ainda em 2007.

Outras aconteceram, em particular a que ficou conhecida como o *crack* da bolsa de Nova York, em 1929, mas ainda antes a crise de 1873 que se seguiu a um período de grande crescimento económico e esta sim, ficou conhecida como a *Grande Depressão*², e afetou, naturalmente, os Estados Unidos e a Europa, tal como as que referi.

O caudal de informação e o seu imediatismo é uma característica das sociedades atuais. Essa torrente de informação submerge-nos e deixa-nos pouca margem para a reflexão. Reflexão que implica um olhar para a história. Não direi que a repetição dos erros se deve exclusivamente ao desconhecimento da história, até porque existem outras teorias que justificam a frequência e as características das crises económicas ou eventos de outra natureza³, mas, ainda assim, o conhecimento da história e da economia parecem-me essenciais para compreender o presente e projetar o futuro.

¹ Motivada pela concessão de empréstimos hipotecários de alto risco, prática que arrastou vários bancos para uma situação de insolvência. Teve como efeito a queda dos índices das bolsas de valores em todo o mundo.

² Estes tinham protagonizado crescimentos económicos extraordinários, graças à segunda revolução industrial e ao fim da Guerra da Secessão dos Estados Unidos.

³ Por exemplo: a ascensão e queda dos impérios.

Mas, caros amigos e colegas, não foi bem para tecer considerações abstratas sobre a história ou a economia que nos reunimos aqui. Esta espécie de prólogo tem como propósito enquadrar, ainda que brevemente, o tema: “As Prisões do Fascismo que Abril Abriu.”

Falar das prisões do fascismo implica um olhar para o passado recente do nosso país, para a nossa história enquanto povo, ou seja, para um longo período do século XX português marcado por um sistema político ditatorial, repressivo e autocrático. Um regime fascista que teve o seu início a 28 de maio de 1926, com a ditadura militar, consolidado em 1933 com a aprovação da constituição que deu lugar ao chamado “Estado Novo”.

O golpe militar de 28 de maio de 1926 pôs fim à República que, em crise, foi incapaz de resistir às investidas de grupos autoritários, antidemocráticos e antiparlamentares. Com este golpe militar teve início aquilo a que popularmente se veio chamar a longa noite fascista que, Sofia de Mello Breyner Andresen, define no seu poema “Este Tempo” de forma sublime e que me vou permitir ler:

“Este é o tempo

Da selva mais obscura

Até o ar azul se tornou grades

E a luz do sol se tornou impura

Esta é a noite

Densa de chacais

Pesada de amargura

Este é o tempo em que os homens renunciam.”

Entre 1926 e o início da década de 30 o país vive anos sangrentos com centenas de mortos e milhares de presos políticos e de deportados. Neste período vive-se um clima de latente guerra civil sucedem-se golpes e revoltas contra a Ditadura Militar.

E é, sobretudo, nos anos de 1927 e de 1928 que se dá início à instalação de uma rede de prisões e campos de concentração.

É em 1928, que a Cadeia do Aljube, hoje Museu da Resistência e Liberdade foi, como dizia, em 1928 que a Cadeia do Aljube passa a prisão política. Destinado a presos políticos e sociais, o Aljube servia, nesta fase inicial, de depósito de presos e de “placa giratória” para os elementos

das oposições que seguiam para a deportação e para inóspitos e precários campos de concentração em Angola, Cabo Verde, Guiné ou Timor, onde a ditadura prendia em massa republicanos, revirialhistas⁴, socialistas, anarcossindicalistas e comunistas.

As prisões do fascismo português constituem-se com a infraestrutura mais visível do aparelho repressivo do regime, daí a importância que ainda hoje lhe atribuímos, mas a repressão sobre o povo português tinha outros contornos para além do encarceramento dos opositores ao regime.

A polícia política e a sua rede de denunciadores, os julgamentos sumários, a detenção arbitrária, o encarceramento sem culpa formada, a tortura, os assassinatos, a censura, a fixação de residência, a deportação, a emigração, o colonialismo e a guerra colonial, todos estes atributos caracterizam a ditadura do regime nascido em 1926 e consolidado em 1933.

Apenas uma nota relativamente aos assassinatos perpetrados pelas forças de repressão do fascismo português. Os assassinatos pelas forças policiais do regime contam-se por muitas dezenas, não arrisco ir mais além por não haver dados suficientes. Desde os cidadãos assassinados durante ações de protesto, aos que foram deixados morrer sob o efeito da tortura e à guarda da polícia política (Militão Ribeiro, é apenas um de muitos), e de todos ao que foram assassinados fora do contexto das ações de luta e das prisões vou referir apenas os casos mais conhecidos: Alfredo Diniz conhecido por Alex, Dias Coelho, a quem José Afonso dedicou uma canção, Humberto Delgado e Arajaryr Campos, secretária do General, Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral, sendo uma operação militar não deixou de ter a bênção e o apoio da polícia política (PVDE/PIDE/DGS). Estas são apenas algumas das vítimas assassinadas pela polícia política do regime às quais se podem somar muitas dezenas de outros cidadãos portugueses e das colónias.

No dia 25 de abril de 1974 a polícia política foi responsável pelas únicas vítimas mortais que ocorreram no dia em que se extinguiu este famigerado regime: Fernando Luís Barreiros dos Reis, Fernando Carvalho Gesteiro, João Guilherme Aguiar Arruda (Açores) e José James Hartley Barnetto. Estes quatro cidadãos foram assassinados a tiro pelos agentes da PIDE/DGS acoitados na sua sede na Rua António Maria Cardoso que dispararam indiscriminadamente sobre os populares que ali tinham ocorrido para assistirem à sua prisão pelos soldados do MFA.

⁴ Revirialhismo foi a designação dada à atividade política pró-insurrecional desenvolvida entre os anos de 1926 e 1940 pela oposição republicana, democrática e liberal ao regime ditatorial saído do Golpe do 28 de Maio em Portugal.

Caros colegas e amigos,

Ainda que num sentido lato pode afirmar-se que Portugal era uma imensa prisão. Prisão de onde muitos milhares de portugueses fugiram. A história da emigração portuguesa é, também, a história dessas fugas à miséria, à guerra e à repressão.

Mas o tema que nos traz aqui não são as prisões virtuais, nem esta minha interpretação, quiçá abusiva, da imensa cadeia em que os portugueses estavam agrilhoados e da qual também se escapavam.

As instalações policiais da polícia política constituíam a primeira linha da rede de cadeias do regime. Nesta abordagem às “Prisões do Fascismo que Abril Abriu” vou, apenas, referenciar as principais cadeias, o que significa que não irei dizer-vos nada que não saibam, o que torna a minha tarefa mais simples, mas, por outro lado, menos interessante uma vez que não vos trarei novidades. Sem mais delongas vamos então iniciar um breve roteiro pelas principais “Prisões do Fascismo”, as que Abril abriu, mas também algumas que por motivos diversos já estavam encerradas.

As principais prisões do fascismo

Aljube (Lisboa) – situada em Lisboa, na freguesia de Santa Maria Maior, anterior freguesia da Sé, foi um estabelecimento prisional para presos do foro eclesiástico até 1820, mulheres acusadas de delitos comuns até aos finais da década de 1920 e presos políticos do Estado Novo a partir de 1928 até ao seu encerramento em 1965. Posteriormente foi adaptada para instalações do Ministério da Justiça.

Desde 25 de Abril de 2015 alberga o Museu do Aljube - Resistência e Liberdade. Um lugar a visitar numa das vossas idas a Lisboa. Fica a sugestão.

Forte de S. João Baptista (Angra do Heroísmo) – Quando nos referimos à Fortaleza de S. João Baptista vêm-nos à lembrança algumas personalidades como D. Afonso VI, que aqui passou 10 anos exilado, ou ainda, D. Pedro, não por ter estado exilado ou preso, mas no quadro das lutas liberais, mas também de Gungunhana, rei de Gaza, ou ainda, os alemães que entre 1916 e 1919, período da I Guerra Mundial, que ficaram obrigados a permanecer em Portugal. A partir de 1933 foi instalado um presídio para presos políticos. Entre 1933 e 1943 passaram por esta prisão do

fascismo mais 6 centenas de presos políticos, entre os quais 4 dezenas de açorianos⁵. Também por aqui passaram pelo menos 5 mulheres. Mais tarde, quando for o momento de tecer algumas considerações ao livro “Elas Estiveram nas Prisões do Fascismo”, farei referência aos seus nomes.

O Forte de S. João Baptista começou a ser utilizado antes da entrada em funcionamento do “Campo de Concentração do Tarrafal” e após a sua conclusão muitos presos transitavam por aqui antes de irem para o Tarrafal. Não se sabendo muito, eu pelo menos não tenho grande conhecimento sobre o assunto, mas também o “Castelinho”, Forte de S. Sebastião, serviu para encarcerar presos políticos.

Apenas uma nota final sobre esta prisão do fascismo. Quando foi adaptada para presídio foram construídas duas alas, sendo que uma delas se situava na zona das antigas cavaliças, destinada aos considerados presos mais perigosos, por ser a que pior condição de acolhimento tinha. Quer uma, quer outra já não existem.

Os testemunhos dos presos que por aqui passaram referem-se aos locais de castigo “o calejão” e a “poterna”, sendo que o “calejão” era uma zona fria e ventosa onde até os cavalos morriam. A “poterna” faz parte do sistema defensivo e ofensivo do forte e consiste numa sala escavada na muralha cuja entrada se faz pela praça de armas e tem uma saída pelas covas do lobo, permitia fazer incursões no exterior e regressar por uma estreita porta encoberta pela muralha.

Ao que fui informado será já no próximo mês de maio que a URAP, com o apoio do Município de Angra, irá apresentar um livro sobre os presos políticos que passaram pelo Forte de S. João Batista (o Castelo) e o Forte de S. Sebastião (o Castelinho)

Forte de Caxias – O Forte de Caxias começou a ser utilizado como prisão para presos políticos em 1936, ano da entrada em funcionamento do Campo de Concentração do Tarrafal.

Caxias foi a última das principais cadeias do fascismo a entrar em funcionamento.

A necessidade de aumentar a lotação e afastar as prisões da capital foi uma das razões para a construção e adaptação de outras infraestruturas para prisões de presos políticos. A cadeia do Aljube (para homens) e das Mónicas (para mulheres) estavam dentro da malha urbana de Lisboa, e, por essa razão sujeitas a um grande escrutínio público.

⁵ Livro de Carlos Tomé, “um perigoso leitor de jornais”

O Forte de Caxias situa-se numa zona elevada entre as ribeiras do Jamor e Barcarena e a sua construção data do século XIX. Era no chamado reduto Norte que se encontravam os prisioneiros políticos.

Foi por Caxias que passou o maior número de mulheres presas pelo fascismo, foi também em Caxias que teve lugar uma das mais espetaculares fugas de prisioneiros políticos. Na fuga foi utilizado um carro blindado que tinha sido oferta de Hitler a Salazar. Os presos políticos de Caxias só foram libertados no dia 27 de abril de 1974.

Forte de Peniche – A história da Fortaleza de Peniche, como lugar de reclusão, exílio e prisão, remonta a tempos muito anteriores a 1934, data em que é oficialmente conhecida como prisão política sob dependência direta da PVDE, a polícia política tutelada pelo Ministério do Interior criada em 1933.

A Fortaleza de Peniche foi escolhida para prisão pelas suas naturais características geográficas, propícias ao isolamento daqueles que a ditadura do "Estado Novo" queria afastar da sociedade.

O Forte de Peniche é uma das mais emblemáticas prisões do fascismo, quer pelo número de presos que por ali passaram, quer pelas fugas, individuais⁶ e coletivas, que ali tiveram lugar, quer ainda pelas lutas e a resistência dos presos políticos.

Sendo uma prisão para homens há, no entanto, registo de algumas mulheres que ali estiveram aprisionadas.

Campo de Concentração do Tarrafal – chamado o Campo da Morte Lenta, foi um campo de concentração situado na aldeia de Chão Bom, no Concelho de Tarrafal, na ilha de Santiago em Cabo Verde.

Foi estabelecido em 1936, durante um processo de reorganização do sistema prisional do Estado Novo, com o objetivo de encarcerar presos políticos e sociais. A localização foi escolhida de forma estratégica, tanto por ser perfeita para que os testemunhos não viessem a público, mas também pelas condições climáticas e outras particularidades propícias ao aparecimento de doenças. O seu principal objetivo era aniquilar física e psicologicamente os opositores portugueses e

⁶ Dias Lourenço; a fuga de Álvaro Cunhal;

africanos à ditadura fascista, isolando-os do resto mundo em condições sub-humanas de cativeiro, maus tratos e insalubridade.

A sua primeira fase, de 1936 a 1954, era destinada aos opositores portugueses. Em 29 de outubro de 1936, chegaram de Lisboa os primeiros 157 detidos antifascistas, alguns deles participantes da Revolta dos Marinheiros de 1936. Muitos destes prisioneiros passaram pelo Forte de S. João Baptista antes de irem para o Tarrafal.

Na segunda fase, que reabre o campo a 14 de abril de 1961, passou a deter militantes da guerra de libertação nacional da guerra colonial portuguesa de Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Passaram pelo Tarrafal 106 angolanos, 100 guineenses e 20 cabo-verdianos.

O Campo de Concentração do Tarrafal foi encerrado com a revolução de 25 de Abril de 1974.

Na primeira fase do campo morreram 34 presos vou apenas referir um deles Bento Gonçalves, então Secretário Geral do PCP, pelo facto de este operário e dirigente do PCP ter estado durante algum tempo na ilha do Pico, e também na Fortaleza de S. João Baptista, aqui em Angra, de onde foi para o Tarrafal.

Na segunda fase morreram 3 presos 1 angolano e 2 guineenses.

Estas são as principais prisões do fascismo e sobre as quais existem mais estudos e registos, mas como já referi todas as instalações policiais e da polícia política constituíam a primeira linha da rede de cadeias do regime. Para terminar e para percebermos que a dimensão do aparelho repressivo do fascismo português não se resume apenas às cadeias aqui referenciadas vou ler um excerto de um ensaio sobre as Prisões da Pide, do Dr. Luís Farinha, antigo diretor do Museu do Aljube:

Passo a citar:

“A teia completava-se ainda por uma rede de sucursais, instaladas nas principais cidades do país: Porto, Coimbra, Faro, Leiria, Beja, Setúbal, Funchal, Angra e territórios africanos. Neste último caso, adquiriram especial relevo as colónias penais criadas em territórios inóspitos, especialmente isolados, como a da foz do rio Cunene, no Sul de Angola, ou as de Atauro e Oe-Kussi-Ambeno, em Timor. Eram prisões que prefiguravam o campo de concentração do Tarrafal – o “campo da morte lenta” – ativado na ilha de Santiago, em Cabo Verde, a partir de 1936. As modernas investigações, levadas a cabo nos novos países de expressão portuguesa vão dando, no entanto, a conhecer uma realidade muito mais ampla do que aquela que tínhamos como certa há uns anos. Hoje sabemos que os campos de S. Nicolau (entre muitos outros em Angola), da

Machava (entre tantos outros em Moçambique) ou da Ilha das Galinhas (nos Bijagós, Guiné) são em tudo semelhantes, pelo menos na sua funcionalidade, ao Campo de Concentração do Tarrafal de Santiago, em Cabo Verde. Diferem apenas numa dramática circunstância: os seus «habitantes» forçados não tiveram ninguém que lhes guardasse a memória.”

Fim de citação.

Muito ainda há por saber e conhecer sobre a real dimensão das prisões e das vítimas da repressão fascista em Portugal.

Caros colegas e amigos,

Antes de dar por terminada a minha intervenção deixo-vos com algumas referências ao livro “elas estiveram nas prisões do fascismo”, assim como se de uma breve apresentação se tratasse.

Este livro surge por iniciativa da União dos Resistentes Anti Fascistas (URAP) e à semelhança de outros projetos pretende contribuir para o estudo e aprofundamento do conhecimento do fascismo português, mas tem, também, o propósito de prestar homenagem a todos quantos (homens e mulheres) lutaram e sofreram para que a Revolução de Abril fosse possível.

Se é verdade que tudo começou com uma revolta militar, não é menos verdade que o apoio massivo do povo português lhe imprimiu um carácter revolucionário. E não tenhamos dúvidas que esse apoio espontâneo é, também, fruto da luta e intervenção da oposição à ditadura.

A felicidade, a alegria estampada nos rostos, as lágrimas de alegria das mães portuguesas quando perceberam que os seus filhos já não iriam para a guerra, são imagens que transporto comigo pois, foram as que, no dia 25 de Abril de 1974, me marcaram indelevelmente.

Vou começar pela capa que, como qualquer amante de livros também leio, e esta tem uma mensagem gráfica forte. O título, a cinta branca a contrastar com preto dominante, e o vermelho são, por si só apelativos e facilmente podem cativar potenciais leitores, mas são as fotografias de uma presa que bordejam a parte inferior que nos impelem a um outro e atento olhar. A mulher baixa os olhos e a criança olha em frente, como se fosse o objeto do interesse do fotógrafo. Trata-se de Albina Fernandes que se recusou a ser separada do seu filho quando foi fotografada pela PIDE.

O livro “elas estiveram nas prisões do fascismo” é um objeto documental que lista as 1755 mulheres presas e elabora um olhar estatístico sobre as mulheres presas, desde a sua relação com o número total de presos, a sua distribuição por ocupações e profissões, naturalidade e

residência e distribuição pelos grupos etários, não vos querendo deixar muita informação sobre o conteúdo, direi que as presas mais novas tinham 14 anos quando foram detidas: Teresa da Corte e Maria de Jesus Silva. Camponesas pobres da Madeira presas na sequência dos protestos populares conhecidos como a “revolta do Leite”, em 1936. Foram condenadas a 1 ano de prisão, mas cumpriram quase 2 anos. Parte do tempo de reclusão foi passado numa esquadra da PSP na Madeira e o restante na Cadeia das Mónicas, em Lisboa.

Da capa fui para a parte final do livro. Sim! Este é um livro que não tem de se ler pela ordem da sua paginação pois, como disse trata-se de uma obra documental que pode ser lido ou consultado conforme o nosso interesse do momento, isto não invalida a leitura sequencial e total, que aliás aconselho, pois, antes de chegarmos aos 1755 nomes das mulheres que passaram pelas prisões do fascismo e ao tratamento estatístico que referi, há todo um enquadramento histórico e alguns relatos que importa conhecer.

Cada capítulo é antecedido de poemas de: Ilse losa, Sofia de Mello Breyner Andresen, Mara Cristina Araújo, Maria Teresa Horta, Alda Espírito Santo, Natália Correia, Eugénia Cunhal, Irene Lisboa, Fiama Hasse Pais Brandão, Maria Alberta Menéres, Lucinda Araújo e Matilde Rosa Araújo. Ou não fosse este um livro que celebra a luta no feminino.

O enquadramento legal da condição feminina durante o Estado Novo, é abordado no 1.º capítulo; segue-se uma resenha histórica, no segundo capítulo, às organizações femininas e os seus percursos de luta; as lutas sociais das mulheres, com particular incidência para as corticeiras, as operárias têxteis, as enfermeiras, mas também a “revolta do leite”, na Madeira, são referenciadas no 3.º capítulo, ao que segue, no capítulo 4, as lutas das mulheres pela democracia e a sua participação política nos movimentos da oposição; o 5.º capítulo traz-nos um breve registo sobre a vivência das mulheres, algumas com filhos, nas mãos da polícia política; as principais cadeias que acolheram mulheres, estão referenciadas no capítulo 6, e agora sim, porque estamos em Angra do Heroísmo, vou mencionar as mulheres que estiveram presas no Forte de S. João Baptista: Maria do Espírito Santos Medeiros, doméstica de S. Miguel; Nazareth Lourenço Caetano, médica, da Terceira; Albertina Ferreira, de Lisboa; Maria do Rosário Pires Tiago, de Tavira; e Lucinda Carreira Callet, de Lisboa.

Seguem-se depois, no capítulo 7, as histórias de algumas fugas protagonizadas por mulheres, para depois, no 8.º capítulo, acedermos às cartas, de mais de uma dezena de presas em Caxias, endereçadas às organizações mundiais de mulheres; no capítulo 9, acompanhamos o périplo de algumas mães em visita aos filhos e outros familiares encarcerados nas prisões do fascismo; o

capítulo 10 dá-nos a conhecer a crónica de um tempo sombrio, testemunho da escritora Ana Margarida Carvalho que foi privada de comemorar o primeiro 25 de Abril, o seu pai, o também escritor Mário Carvalho tinha estado preso em Caxias e Peniche e em 1974 estava exilado; da crónica de um tempo sombrio, da Margarida Carvalho, para a chegada do dia inicial inteiro e limpo com um texto de Maria Velho da Costa, no capítulo 11, ao que segue, no 12.º e último capítulo, a longa enumeração de 1755 mulheres que estiveram nas prisões do fascismo e as notas estatísticas que referi no início da apresentação do livro.

Espero ter contribuído para despertar o interesse para a leitura deste livro e assim para o conhecimento de uma realidade não muito distante e há qual não queremos regressar, mas para isso importa cuidar do jardim para os cravos vermelhos florirem e perdurarem para além de Abril e Maio.

Celebrar o 25 de abril é preservar a memória das mulheres e homens que ao longo de 48 anos resistiram à ditadura e contribuíram para a fundação da democracia portuguesa consagrada constitucionalmente em 1976. Foram 48 anos de resistência pela liberdade e democracia, recordar e manter viva essa luta é a melhor homenagem que podemos prestar às mulheres e homens que passaram pelas prisões do fascismo.

Hoje, e sempre, é tempo de celebrar aquela madrugada que em rubros cravos floriu.

Para que não morra a esperança nascida num dia, em que felizes rolaram livres as lágrimas na face de um povo sofrido.

Viva o 25 de Abril!

Obrigado pela vossa presença e pela vossa atenção.

Fado de Peniche/abandono

<https://www.youtube.com/watch?v=0-7BqY7e-8>

Aníbal C. Pires, Angra do Heroísmo, 25 de abril de 2022